

Crises que emergem com a COVID-19: Um estudo sobre os impactos biopsicossociais sofridos por famílias monoparentais

Crises emerging with COVID-19 - A study on the biopsychosocial impacts suffered by single-parent families

Damaris Do Carmo Cruz de Jesus¹

Paola Alax Oliveira²

Priscila Cembranel³

Resumo

A pandemia da COVID-19 surgiu de maneira repentina e provocou mudanças na economia, saúde, no mundo do trabalho, na forma como os indivíduos se relacionam e como a sociedade se organiza. Considerando esse contexto, este estudo pretende compreender a percepção dos impactos biopsicossociais sofridos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres que sofreram em decorrência da pandemia. A metodologia desenvolve-se por meio de pesquisa qualitativa, procedimento de levantamento de dados e técnica de questionário com perguntas fechadas e abertas junto às famílias monoparentais, residentes na cidade de Joinville/SC. Os resultados evidenciam impactos psicológicos e físicos consideráveis no público analisado. Assim, conclui-se que, a pandemia da COVID-19 trouxe impactos biopsicossociais para a vida dessas mulheres.

Palavras-chave: Pandemia; Saúde Mental; Monoparentalidade.

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da Universidade Sociedade Educacional- Unisociesc. Email: marycruz628@gmail.com.

² Acadêmicas do curso de Psicologia da Universidade Sociedade Educacional- Unisociesc. Email: paolaalax90@gmail.com.

³ Doutora em Administração e Turismo e Docente da Universidade Sociedade Educacional - Unisociesc. E-mail: priscila_cembranel@yahoo.com.br

Abstract

The COVID-19 pandemic suddenly arose and caused changes in the economy, health, the world of work, the way individuals relate and the way society is organized. Considering this context, this study aims to study the perception of the biopsychosocial impacts suffered by single-parent families headed by women who suffered as a result of the pandemic. The methodology is developed through qualitative research, data collection procedure and questionnaire technique with closed and open questions with single-parent families living in the city of Joinville/SC. The results show considerable psychological and physical impacts. It is concluded that the COVID-19 pandemic brought biopsychosocial impacts on the lives of these women.

Keywords: Pandemic; Mental Health; Single Parent.

Introdução

A ideia de um modelo típico da família brasileira associada a um sistema hierárquico e valores pela autoridade dos homens sobre as mulheres, a monogamia, a perpetuidade das uniões e a legitimidade da prole, foi historicamente motivada pela sociedade brasileira e reforçada pela igreja Católica e pelo Estado até recentemente. No entanto, esse conceito de família sofreu diversas adaptações ao longo dos séculos e acompanhou as mudanças sociodemográficas da sociedade brasileira (Goldani, 2005). O estudo das famílias brasileiras envolve duas posições conceituais específicas: a primeira, que se prevê a partir do modelo de família patriarcal, é o modelo histórico da família brasileira, e a segunda, originadas a partir desse modelo (Kroth, 2008).

Do Censo durante o Império em 1872 até a última contagem estatística realizada em 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), é possível verificar a tendência crescente da população feminina em relação ao número total de habitantes. Em 2010, o número de homens era de 93.406.990, enquanto as mulheres eram 97.348.809. Esse quantitativo, somado ao fato da expectativa de vida das mulheres brasileiras ser superior à dos homens, afeta o mercado matrimonial e resulta em mudanças na organização familiar (Samara, 2002).

O aumento populacional feminino, somado aos desdobramentos socioeconômicos e sociodemográficos oriundos da revolução industrial, originou uma nova configuração familiar: as famílias monoparentais. Sendo legitimada em 1988, através da Constituição Federal, no artigo 226, § 4º. Essa incorporação foi de suma importância para que os horizontes do conceito de família fossem ampliados. A partir desse momento, não só existiria a tradicional família nuclear, mas também as suas ramificações enquanto entidade familiar. Desta forma, a sociedade ganhou uma fonte alternativa de constituição familiar, que, até então, era monopolizada pelo casamento civil. O conceito de família monoparental pode ser definido como um núcleo constituído por apenas um dos genitores, que carrega consigo a responsabilidade de criar e educar sozinho a sua prole. Tal entidade pode se originar dos mais diversos fatores. São eles: o celibato, o divórcio, a separação, a união livre, as mães solas e a viuvez (Santos & Santos, 2011).

Assim, os desafios enfrentados por mulheres chefes de famílias iniciam quando esta não pode ser analisada através de uma lente universal, pois os seus marcadores sociais, como: gênero, classe, raça/etnia e idade/geração, proporcionam uma construção altamente plural de trajetórias. No entanto, ainda assim é possível destacar entraves comuns à maior parte dessas mulheres. Dentre eles: a necessidade de cumprirem um papel duplo, trabalhando e se ausentando diariamente da vida cotidiana de seus filhos; fragilidade financeira como fator intensificador da falta de tempo para uma maior participação na vida familiar, o estigma de que as mulheres são menos “capazes” para cuidar de suas famílias ou para administrá-las sem um homem e abdicar dos seus desejos e das realizações pessoais a fim de cuidar somente do lar (Leonardo & Moraes, 2017).

Tais obstáculos indicam a fragilidade dessa estrutura familiar comum no Brasil. Como se não bastasse, em 2020, uma crise sanitária de escala mundial e a possibilidade de contágio intensificou o problema para as mulheres. Essa função do “cuidar”, que elas já assumem dentro dos seus lares, com as suas famílias, também é refletida nas profissões que protagonizam, a exemplo da enfermagem, do ser professora e da assistência social. Aquelas que fazem parte da classe média têm se dividido entre o trabalho em home office, os serviços domésticos e o acompanhamento dos filhos nas suas atividades escolares virtuais.

Enquanto isso, as mulheres de classe mais baixa são cuidadoras de idosos, diaristas, empregadas domésticas e zeladoras que, ao fim da sua jornada de trabalho, também se dedicam ao cuidado de suas famílias. Muitas delas não tiveram a oportunidade de exercer o

distanciamento social com garantia de remuneração, ou pior, perderam sua fonte de sustento com a suspensão dos serviços, vivendo um momento de grave vulnerabilidade financeira. É necessário, ainda, voltar os olhares para o trabalho informal, cuja maior parte dessa categoria é composta por mulheres negras. (Menezes & Amorim, 2020).

Dessa forma, este estudo busca resolver o seguinte problema de pesquisa: quais os impactos biopsicossociais sofridos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres em decorrência da pandemia do SARS-COV-2 (COVID-19)?

Os benefícios da pesquisa podem ser evidenciados pela obtenção dos dados sobre os impactos biopsicossociais sofridos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres em decorrência da pandemia do SARS-COV-2 (COVID-19) e sobre as consequências das medidas de isolamento e distanciamento social, bem como os seus impactos na dinâmica dessas famílias, com foco nos impactos emocionais, econômicos, psicológicos e físicos. Tais benefícios também podem ser evidenciados diante da compreensão de resultados e dos relatos familiares da comunidade envolvida.

Assim, este estudo visa, de modo coletivo, fomentar discussões e contribuir para a análise e desenvolvimento de ações afirmativas em prol dessas famílias. E, de maneira individual gerar reflexão das participantes acerca de seus papéis sociais e importância em sua família.

Revisão Bibliográfica

Em todos os momentos da vida, diante da sua formação filogenética e ontogenética, o homem é influenciado pelos meios sociais. Os humanos são seres individualizados e, simultaneamente, coletivos devido às influências da sociedade e das relações culturais. Cada indivíduo, ao nascer, encontra um sistema social criado por gerações já existentes sendo assimilado por inter-relações sociais, por isso, o indivíduo histórico-social, o qual é também um ser biológico, se constitui através da rede de inter-relações sociais (Da et al., 2014).

Com um alto nível de contágio e de mortalidade e, com poucas informações sobre como o vírus se comportava, uma das primeiras medidas a se tomar foi o isolamento social (Silva et al., 2020). O que fez surgir algumas discussões sobre as crises que emergiram nesse contexto, sobretudo dos impactos sofridos pelas mulheres estudadas em decorrência do

isolamento social, do confinamento e do excesso de convivência entre pessoas pertencentes a ⁴um mesmo grupo familiar (Vieira et al., 2020).

As medidas adotadas para o seu enfrentamento impactam a saúde mental dos sujeitos e acarretam o surgimento de sintomas, como o estresse, ansiedade e depressão. A COVID-19 transcende o conceito de crise epidemiológica, de modo que acaba sendo um desafio do ponto de vista psicológico (Pizzinato et al., 2020).

Em casos de contaminação de familiares, os desafios para a manutenção da saúde mental se tornam ainda maiores, visto que as consequências desse adoecimento vão além da esfera biológica. Os impactos são também financeiros e emocionais. Outro ponto difícil foi a possibilidade de existirem lutos sequenciais e a dificuldade na adaptação de sucessivas perdas (Crepaldi et al., 2020).

Assim, famílias passaram a enfrentar a pandemia e precisaram lidar com o isolamento e a adaptação das atividades cotidianas (Pizzinato et al., 2020). Este momento foi marcado por incertezas e medo do desconhecido, pela falta de conhecimento e perdas de pessoas queridas. Nesse contexto, as escolas e faculdades interromperam as aulas, instituições religiosas pausaram encontros, empresas de pequeno e médio porte declararam falência e muitas demitiram funcionários (Silva et al., 2020).

As consequências se acentuaram ainda mais para os trabalhadores autônomos. Estes se viram obrigados a manejar todas as suas despesas com o auxílio emergencial disponibilizado pelo governo. Este, apesar de ser uma forma de auxílio, foi inferior ao salário-mínimo vigente, que já é 4,89 vezes menor do considerado ideal para se viver no Brasil (Dieese, 2022).

Em pouco tempo, as famílias começaram a temer por seus empregos e vidas. E, até mesmo, diante da perda de um familiar, o isolamento impôs afastamentos e impossibilitou a realização de velórios e enterros com a presença de familiares (Ribeiro et al., 2020).

Essa ruptura trouxe a impossibilidade de resolver questões afetivas familiares, compartilhamento final de memórias e manifestação de agradecimentos ou pedidos de perdão. Tais ações impactam diretamente na família sob vários aspectos e irão refletir nas inter-relações entre os seus integrantes (Pizzinato et al., 2020).

Como auxílio, o uso da tecnologia foi a forma encontrada de empresas, escolas, faculdades, organizações religiosas, famílias, amigos e até mesmo instituições governamentais para realizar os seus encontros de forma on-line e conduzir suas atividades (Pizzinato et al., 2020).

A nova realidade trouxe proximidade entre aqueles que residiam na mesma casa, porém, também trouxe afastamento social, afetando momentos importantes para a comunicação e socialização. O isolamento criou uma forma de se comunicar com os familiares: as tecnologias (Aquino & Silveira 2020).

Os encontros foram suspensos e a notícia da criação da vacina criou expectativas (Conejo, Chaves & Gonzalez, 2020). O regime de trabalho em home-office apresentou benefícios como: economia de tempo e combustível, menos tempo usado em deslocamento para o trabalho, realização de refeições em família e a abertura do leque de possibilidades de empresas para se trabalhar, considerando que a distância de bairro, cidade e até mesmo país, já não era mais uma barreira. Entretanto, essa modalidade de trabalho trouxe dificuldades para estabelecer limites entre trabalho e vida familiar e acarretou produção de horas extras não remuneradas (Silva, 2020).

A adaptação das famílias com crianças em fase escolar também foi difícil. As crianças foram privadas de brincadeiras e interações com outras crianças e passaram a demandar mais atenção por parte da família. Os casais também passaram a ficar mais tempo juntos, seja trabalhando ou dividindo as tarefas de casa (Faria & Loureiro, 2021).

A ideia do homem como um ser biopsicossocial está ligada ao conceito de saúde estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948, onde se define a saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social (Scliar, 2007). Isso significa que essas esferas são afetadas em conjunto, em maior ou menor grau. Por exemplo: se uma mulher, chefe de uma família monoparental, adoece fisicamente, isso também implica no sofrimento psíquico causado pela preocupação com o cuidado dos filhos, a possibilidade da perda do emprego e do sustento da família (Finamori, 2019).

Corroborando, Freud (1921), traz a ideia de que a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, visto que não tem sentido conceber um indivíduo isolado de seu contexto social. Esse pequeno trecho traz a reflexão sobre a importância da convivência social como é conhecida hoje.

A ideia de homem, desde seus primórdios, passa por suas relações sociais, incorpora normas, valores vigentes na família, entre seus pares e na sociedade. Desse modo, a formação da personalidade é decorrente da socialização e dos fatores inatos desse indivíduo. Os fatores

inatos são herdados geneticamente e os adquiridos são provenientes da vida social e influências culturais (Savoia, 1989).

Nessa seara, o conceito de agentes socializadores evidencia a família como meio de socialização mais importante para o indivíduo. Porém, não é o único e o suficiente para um desenvolvimento biopsicossocial saudável (Setton, 2002).

Existem diversas origens possíveis para a formação de uma família monoparental, tais como: separações, divórcios, viuvez, adoções unilaterais, celibatos e abandono parental (Almeida & Dalsenter, 2021). Porém, geralmente envolvem separação, divórcio ou abandono parental. Nesses contextos, a guarda dos filhos é confiada à mãe e mesmo quando compartilhada, a maioria das crianças permanece na residência materna. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 166.523 divórcios entre casais com filhos menores no ano de 2018. Destes, a guarda unilateral materna compõe um total de 65,4% dos casos e a guarda compartilhada em 25,35% das situações apenas.

Nos últimos 50 anos, o conceito de família sofreu diversas modificações, acompanhando as mudanças na sociedade. O declínio da taxa de casamento e da taxa de fecundidade, aumento dos índices de divórcio e a inserção da mulher no mercado de trabalho contribuíram para que o conceito de família nuclear e patriarcal deixasse de representar a realidade da família brasileira moderna (Fonseca, 2004).

Atualmente, destacam-se a monoparentalidade e a biparentalidade como duas das três estruturas familiares mais comuns no Brasil (Melo & Marin, 2016). As famílias biparentais são compostas por mais de um genitor, enquanto as monoparentais são compostas por apenas um dos genitores e a sua prole. Nesse contexto, crianças que vivem com ambos os pais biológicos são associadas ao bom desempenho acadêmico, bem-estar econômico e menos problemas como acidentes e lesões (Fontes, Wajnman & Guedes, 2016).

O modelo monoparental está relacionado à pobreza e a desigualdade de renda (Martin, 2006). Há, ainda, o desencadeamento de outros fatores de risco. Tais como: promiscuidade sexual, violência, abandono da escola, depressão e uso de drogas (Goldani & Lazo, 2004).

As mulheres que compartilham a busca pelo sustento com as tarefas domésticas e cuidados com os filhos precisam lidar com a limitação de tempo e de recursos para investir em formação profissional. Isso aumenta os índices de informalidade e trabalho temporário (Fontes, Wajnman & Guedes, 2016).

Por muitos anos, as mulheres foram vistas apenas como donas de casa. O homem trabalhava para o sustento desta e de seus filhos, enquanto ela cuidava das atividades domésticas, sem a possibilidade de alcançar outros níveis de conhecimento. Historicamente, o

homem é retratado como responsável pela contabilidade e negócios, onde após a revolução industrial, surgiram as primeiras oportunidades efetivas e gradualmente as mulheres ingressaram nas universidades, na política e se tornaram agentes de mudanças (Antonio et al., 2021).

O trabalho também está ligado com a forma em que as pessoas interpretam seu papel no mundo. O significado do trabalho evidencia-se como parte da identidade e gera inclusão social. Nesse contexto, as impressões e expectativas em relação à igualdade de gênero abriram possibilidades e oportunidades de crescimento profissional para mulheres, mães e esposas. Infelizmente, cargos de liderança e salários ainda carecem de um olhar mais equitativo (Silva, 2000).

A mãe solo acumula dupla responsabilidade, em administrar a casa, trabalho e crianças. O contexto social de famílias monoparentais femininas evidencia a dificuldade de manter a prole. Muitas vezes, são necessários dois trabalhos, com salários-mínimos para ser comprado o básico do sustento familiar (Cúnico & Arpini, 2014).

Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, procedimento de levantamento e técnica de questionário aberto estruturado. Segundo (Pucci et al., 2020), a pesquisa qualitativa é realizável através da observação do participante e a entrevista discursiva, dessa forma tendo como possibilidade examinar questões e falas observatórias durante a entrevista, durante a realização da pesquisa, onde a investigação se torna algo primordial para a conclusão da pesquisa e obtenção de dados, que possam levar ao resultado.

O procedimento de levantamento de dados foi realizado por meio da técnica de análise de conteúdo. Tal método consiste na ação da pesquisadora efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que serão ordenados em categorias (Bardin, 2010). O questionamento aberto estruturado caracteriza-se por meio de um roteiro pré-estabelecido, contendo perguntas iguais para todos os candidatos. (Martins & Bógus, 2004).

O questionário possui 16 perguntas, sendo 8 abertas e 8 fechadas de múltipla escolha, com um campo livre para justificativas. Foi construído com base na problematização trazida pelos autores (Pizzinato et al., 2020) e (Almeida & Dalsenter, 2021), os quais discutem sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres chefes de famílias monoparentais, antes e depois da pandemia do COVID-19.

As mulheres foram recrutadas por meio do método de amostragem por conveniência, também conhecida como amostragem não probabilística. Uma amostragem não probabilística é obtida quando o acesso a informações não é tão simples ou os recursos forem limitados, assim o pesquisador faz o uso de dados que estão mais a seu alcance (Guimarães, 2012). Dessa maneira, os critérios de inclusão foram: ser mãe solo e na faixa de idade entre 18 a 40 anos.

Quadro 1: Caracterização das mulheres participantes da pesquisa

Nome fictício	Idade	Formação	Estado civil	Faixa de Renda	Quantidade de filhos
Ana	26	Superior completo	solteira	2.501,00 a 3.500,00	1
Beta	37	Ensino médio	divorciada	1.001,00 a 2.500,00	5
Carla	38	Ensino fundamental	união estável	1.001,00 a 2.500,00	1
Dani	32	Superior incompleto	solteira	1.001,00 a 2.500,00	1
Eliane	30	Ensino médio	solteira	Menos de 1.000,00	3
Franci	34	Ensino fundamental	solteira	1.001,00 a 2.500,00	1

Fonte: autoras (2022).

Dessa forma, participaram 6 mulheres deste estudo (mães solas) residentes na cidade de Joinville-SC. Estas foram caracterizadas no Quadro 1 a partir da criação de nomes fictícios ordenados conforme alfabeto para melhor visualização e discussão de resultados.

O projeto deste estudo foi aprovado em comitê de ética e os resultados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo.

Apresentação dos Resultados

Com relação à tutela dos filhos, tivemos os seguintes resultados: quatro das participantes possuem um filho, uma delas três e a outra cinco filhos. Além disso, apenas metade dessas mulheres afirmaram possuir alguma ajuda do genitor.

Os **impactos sociais** foram evidenciados por meio do relato dos prejuízos sociais que sofreram com a chegada da pandemia, metade delas relatou: dificuldade financeira por falta de pagamento ou pagamento parcial da pensão alimentícia, necessidade do auxílio emergencial e exposição ao risco de contaminação ao precisar trabalhar na rua. Além disso, um terço relatou ter contraído novas dívidas por necessidade, dificuldade para achar um novo emprego e dificuldade de acesso à educação.

Na segunda etapa da pesquisa, são evidenciados os prejuízos sociais com a chegada da pandemia, sejam eles psicológicos ou emocionais. Assim, uma das participantes indicou a Perda de Emprego como principal fator em seu prejuízo, diante disso, em relação a dificuldades em achar um novo emprego, duas participantes indicaram que sofreram durante a pandemia. Em relação à dificuldade financeira por falta de pagamento ou pagamento parcial da pensão alimentícia, três participantes relataram não ter tido acesso a esses pagamentos, fazendo assim com que a dificuldade em casa permanecesse. Com isso, uma participante relatou a dificuldade em se adaptar a um novo regime de trabalho (home-office) como nova modalidade de trabalho.

Em relação à educação, duas participantes relatam dificuldades de acesso, devido a questões financeiras e a nova modalidade adaptada, mesmo tendo de pagar valor integral a cursos inicialmente presenciais. Uma participante, relatou também a dificuldade ao acesso à saúde, atendimentos em hospitais e postos de saúde, devido às orientações de que pessoas com sintomas de gripe, febre ou covid, diagnosticadas tinham como necessidade permanecer em casa, visando evitar a propagação do vírus. Os únicos casos aceitos nas unidades de saúde seriam os casos graves, onde houvesse necessidade de atendimentos imediatos ou de emergências.

Durante a pesquisa, três participantes indicaram que sofreram exposição extrema à contaminação por precisar continuar com o deslocamento até o local de trabalho, colocando em risco a sua saúde e a dos seus familiares. As mesmas participantes relataram, também, que tiveram a fonte de renda afetada pela necessidade de isolamento social.

Três participantes relataram ter precisado solicitar o auxílio emergencial, que foi, no entanto, um benefício disponibilizado pelo governo no período da pandemia para ajudar as

famílias de baixa renda. Devido às necessidades básicas da casa, duas participantes relataram terem contraído novas dívidas por necessidade. Uma, informou ter tido dificuldade de achar um local/pessoa para cuidar dos filhos durante o horário de trabalho. Isso se deve também ao fato de que, diante da pandemia, o acesso das crianças à escola ficou cada vez mais difícil, devido à necessidade do isolamento e distanciamento social, e à grande dificuldade de garantir a segurança dos alunos, pois a falta de maturidade própria da idade faz com que o cumprimento das regras de higiene e distanciamento social entre elas seja quase impossível.

Também foram feitas perguntas para compreender se houve sobrecarga com as atividades domésticas, e uma das participantes informou ter enfrentado essa sobrecarga e acrescentou que teve a sua rotina afetada pelo isolamento social.

Na sequência, foram feitas perguntas para uma melhor compreensão da rotina dessas mulheres e de como elas se organizam para lidar com os desafios cotidianos. Nas falas seguintes, é possível evidenciar um pouco da história do surgimento dessa nova configuração familiar:

“Desde minha separação sou a tutora dos meus filhos. Depois de algum tempo e questionamento de minha parte, os menores ficam com o genitor a cada 15 dias, mas ainda preciso pagar condução, mandar alguns utensílios, se algo está errado, tipo colégio ou qualquer outro problema não quer se envolver; acredito que o meu caso não seja diferente de muitas, não questiono, nem vou atrás porque para mim caráter e responsabilidade nascem com cada indivíduo, se nunca o foi, nunca o será.” (Beta)

“Essa construção se iniciou a 1 ano e meio, quando eu decidi me separar, de uma relação tóxica e que eu estava sobrecarregada para enfrentar uma vida sozinha, cuidando de uma menina linda de 6 anos” (Dani)

“Engravidei quando ainda era adolescente, tinha 15 anos e fugi de casa para viver com ele, porém quando eu engravidei, ele não assumiu. Voltei para casa dos meus pais e vivi com a ajuda deles até os seus últimos dias.” (Eliane)

“Engravidei quando ainda era adolescente e por um tempo nós até moramos juntos, porém ele começou a mudar o comportamento, ficou cada vez mais agressivo e por conta das constantes brigas, precisamos nos separar. Não cortamos contato totalmente, mas hoje a participação dele é mínima na vida da minha filha.” (Franci)

Buscou-se compreender, ainda, se as respondentes possuíam rede de apoio e com que frequência essa rede era acionada durante a pandemia. Os resultados mostraram que a maioria delas possui uma rede de apoio, que, no geral, se limita ao seu círculo familiar, o qual é curiosamente formado por outras mulheres. Apenas uma das entrevistadas trouxe o seu atual marido como rede de apoio:

“Tenho sim, minha mãe, minha avó e minha tia. Geralmente aciono para ir a faculdade a noite, ou quando eu preciso me ausentar para alguma atividade que minha filha não esteja em horário escolar.” (Dani)

“Não possuo uma rede. Mas meus pais sempre que podem me socorrem.” (Ana)

“Meu atual esposo ajuda” (Carla)

“Uma amiga que eu aciono sempre que preciso de algo urgente.” (Eliane)

“Apenas a minha mãe que fica em casa cuidando da minha filha pra eu trabalhar” (Franci)

Da mesma forma, com relação aos desafios enfrentados na condição de mãe solo, antes da pandemia foram apontados: manter os filhos em casa (1 menção), sobrecarga nos cuidados com a casa e a família (2 menções), sobrecarga com as demandas da faculdade (1 menção), desemprego (1 menção). Isso pode ser evidenciado nas falas:

“Antes da pandemia eu era casada, mas já enfrentava toda sobrecarga de cuidar dos mínimos detalhes da vida de minha filha, junto com as demandas da casa, faculdade e ainda tinha o embuste.” (Dani)

“Me dividir entre os cuidados com a minha mãe que era cadeirante e depois foi ficando acamada, o meu filho mais novo que tem transtornos mentais e a minha neta. Eu já não estava inserida no mercado de trabalho há muito tempo e todos na casa se sustentavam com a aposentadoria da minha mãe.” (Eliane)

“Manter as crianças em casa com certeza foi meu maior desafio” (Beta)

Na sequência, os **impactos biológicos** oriundos da pandemia nessas mulheres e suas famílias, foram realizadas duas perguntas abertas. A primeira pergunta visava entender se os desafios enfrentados na condição de mãe solo, antes da pandemia, geraram algum adoecimento físico nas entrevistadas ou em suas famílias. Em resposta, três participantes relataram ter enfrentado algum quadro de adoecimento na família:

“Taquicardia, tremores, dores de cabeça e baixa imunidade” (Dani)

“Sim. Cansaço é frustrações. Principalmente na área profissional” (Ana)

“Fiquei obesa com o tempo” (Eliane)

Com relação ao adoecimento de familiares em decorrência da pandemia, salienta-se que, mais de três quartos das participantes relataram ter enfrentado algum quadro de adoecimento na família:

“A minha mãe, que já era cadeirante e com o tempo ficou acamada, acabou sendo atingida pelo Covid e após duas internações por problemas respiratórios, ela faleceu.” (Eliane)

“Tive uma crise de otite.” (Dani)

“Minha avó faleceu” (Franci)

“Minha mãe teve um infarto” (Beta)

Os **impactos psicológicos** sofridos em decorrência da pandemia foram: quatro Participantes das que possuem ansiedade e estresse, três relataram depressão, sobrecarga emocional e solidão, e duas participantes informaram luto por alguém que faleceu da COVID-19 e frustração por ter círculos sociais reduzidos ao seu grupo familiar.

Também foram levantados os danos psicológicos ou emocionais que as mulheres possam ter desenvolvido com a chegada da pandemia, ou ainda, se alguém do seu grupo familiar havia desenvolvido algum prejuízo nesse sentido sendo destacados os seguintes problemas: 3 relataram depressão e solidão, 4 relataram ansiedade, estresse e sobrecarga emocional, 2 relataram luto por alguém que faleceu da COVID-19 e frustração por ter círculos

sociais reduzidos ao seu grupo familiar, 1 relatou medos/fobias e não tivemos nenhum relato de síndrome de Burnout ou de ausência de impactos psicológicos ou emocionais.

Análise e Discussão dos Resultados

O resultado das análises revela os diversos impactos biopsicossociais na vida das mães solo antes e durante a pandemia. Começando pela fragilidade financeira que está diretamente ligada à pouca ou nula participação dos genitores no compartilhamento igualitário das responsabilidades com a prole.

Um dos dados observados mostrou que apenas metade das entrevistadas afirmaram possuir algum auxílio do genitor, e em todos os casos, elas ainda tinham ressalvas a respeito da qualidade dessa participação. Franci evidenciou: *“O pai ajuda, mas bem pouco”*.

Essa afirmação chama a atenção para um mal social ainda muito presente na nossa cultura. Dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - Arpen - Brasil (2022), revelam que 320 mil crianças foram registradas sem o nome do pai nos 2 anos da pandemia. Isso representa um aumento de 30% quando comparado aos dados de 2019 (Arpen, 2022). Não é raro observar que mesmo em casos de guarda compartilhada, as mães são as principais responsáveis por responsabilidades cotidianas, como: contratos com as escolas, plano de saúde, compra de alimentos, transporte, lazer, vestuário, medicamentos e muitas outras coisas que poderiam facilmente gerar uma lista interminável.

Elas empenham o seu crédito com esses gastos que aumentam com o maior tempo de permanência da família em casa, assim como o consumo da energia elétrica e da água. Como consequência disso, essas mães terão a sua segurança financeira cada vez mais afetada pelo acúmulo de dívidas, fazendo com que os índices do superendividamento feminino cresçam ainda mais. Pesquisa realizada pela Defensoria do Estado do Rio de Janeiro, no ano 2015, traz dados significativos que informam o elevado superendividamento das mulheres que chefiam famílias monoparentais. (Menezes & Amorim, 2020).

Neste campo de pesquisa temos bons exemplos que demonstram os prejuízos que a pandemia trouxe para a saúde mental e física da nossa sociedade. Segundo Moraes (2020) apontou em seus estudos, consequências que podem ser geradas por situações de confinamento e isolamento social, algumas delas são: aumento nos níveis de estresse, perda da qualidade e eficiência do sono. Demonstrou também elevação de níveis de cortisol na corrente sanguínea, deterioração da saúde mental relacionada ao aumento da necessidade de

interações sociais e do sentimento de pertencimento. Por fim, foi possível identificar com base na coleta e análise de dados, e na revisão da literatura que a crise sanitária da COVID-19, trouxe para as famílias participantes, consequências biopsicossociais e acentuou as dificuldades que já eram enfrentadas antes mesmo da pandemia.

Considerações Finais

Considera-se que o presente artigo, buscou estudar mulheres chefes de famílias monoparentais, com o auxílio de um questionário online. O principal objetivo foi investigar as dificuldades enfrentadas por essas famílias mediante a pandemia da COVID-19. Os benefícios da pesquisa podem ser evidenciados diante da compreensão dos resultados conforme esperado, baseado totalmente na pesquisa de acadêmicos através de relatos familiares da comunidade envolvida. Considerando o quão recente é o cenário da pandemia do SARS-CoV-2, é possível compreender a importância da produção de conteúdo científico sobre o tema, visando fomentar discussões e contribuir para a análise e desenvolvimento de ações afirmativas em prol dessas famílias.

Em relação ao problema de pesquisa, foi possível identificar, considerando o número de participantes, que grande parte sofreu algum dano psicológico, físico ou social.

Ao tentar compreender as diferentes experiências durante a pandemia, a presente pesquisa apresentou as dificuldades vivenciadas por mães solo. Como o tema discutido ainda é recente, os estudos e discussões sustentados por dados ainda são escassos. Os desdobramentos dos impactos oriundos desta crise sanitária, possuem um potencial para se durar por muitos anos, e até mesmo por gerações.

Desse modo, se faz necessário um acompanhamento dessas famílias e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a redução dos índices de endividamento familiar e assistência à saúde mental e física dessas mulheres e suas famílias. Se faz necessário, ainda, um olhar atento para a conscientização da população masculina, no que diz respeito aos alarmantes índices de abandono parental, que acarreta sobrecarga física e emocional para essas mulheres que se veem diante do desafio de equilibrar sozinha a casa, os filhos, a vida pessoal e profissional. Em paralelo ao processo de educação, adotar medidas incisivas de responsabilização dos genitores, não só quando há falta do pagamento da pensão alimentícia, mas quando há negligência nos cuidados com a prole, gerando sobrecarga no outro.

Realizar um processo de conscientização da população e das instituições quanto à condição de mãe solo. Incentivo à criação de uma rede de apoio mais robusta, onde essas mães possam se sentir apoiadas e possam ter os estímulos necessários para a recuperação da confiança e autoestima.

Estabelecemos com essas sugestões, um cenário ideal e provavelmente utópico, considerando todos os aspectos da nossa sociedade, no entanto, ainda que essa realidade nunca chegue, podemos nos contentar em saber que eternizamos nesse Trabalho de Conclusão de Curso, a voz de 6 mulheres ouvidas e acolhidas diante das dores apresentadas, e puderam contribuir ativamente com mais uma produção da literatura sobre essa temática.

Referências

- Antonio, N. C., Terebeli, G. C. R., & Ayub, S. R. C. (2021). *IMPACTO DA PANDEMIA NO ÂMBITO FAMILIAR E PROFISSIONAL DA MULHER. Saúde Mental No Século XXI: Indivíduo E Coletivo Pandêmico*, 140–155. <https://doi.org/10.37885/210203185>
- Almeida, V., & Dalsenter, T. (2021). *Famílias monoparentais, vulnerabilidade social e cuidado*. Revista Brasileira de Direito Civil, 28(02). <https://doi.org/10.33242/rbdc.2021.02.004>
- Aquino, Estela M. L. et al. *Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Borges, Cristiane Jackson; THOFERN, Maira Buss; MEINCKE, Sonia Maria K.. *Mulheres estudantes criando seus filhos no contexto da família monoparental*. Família, Saúde e Desenvolvimento, [S.l.], abr. 2005. ISSN 1517-6533.
- BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *RECOMENDAÇÃO Nº 036, DE 11 DE MAIO DE 2020*. Ministério da Saúde, Maio de 2020.
- Brito, Flávio. (2008) *Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina*.
- Censo 2010* | IBGE. (n.d.). [Www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).
- Como se proteger?* (n.d.). Ministério Da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>
- Crepaldi, M. A., Schmidt, B., Noal, D. da S., Bolze, S. D. A., & Gabarra, L. M. (2020). *Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas*. Estud. Psicol. (Campinas, Online).

- Cunico, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. (2014). *Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família*. Aletheia, Canoas, n. 43-44, p. 37-49.
- Da, M., Strey, M. N., & N. (2014). *Psicologia Social Contemporanea; Livro-Texto*. Editora Vozes.
- DIEESE - *análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - agosto/2020*. (n.d.). [Www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br). <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>
- Faria, L., & Loureiro, N. (2021). *Equilíbrio família-trabalho: considerações a partir da pandemia do Covid-19 para o trabalho e a aprendizagem em casa*. *Psique*. <https://doi.org/10.26619/2183-4806.xvi.2.2>
- Ferreira, G. B. Dias, C. C. *A Importância da qualidade de vida no trabalho e da motivação dos colaboradores de uma organização*. *Psicologia e Saúde em debate*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 30–43, 2017. DOI: 10.22289/V3N2A3.
- Finamori, Sabrina Deise. “*Mães solas*”: *parentalidades, conjugalidades e noções de família*. Encontro Anual da ANPOCS, 2019.
- Fonseca, C. (2004). *Olhares antropológicos sobre a família contemporânea*. Academia. https://www.academia.edu/1617632/Olhares_antropol%C3%B3gicos_sobre_a_fam%C3%AAdlia_contempor%C3%A2nea?from=cover_page
- FONTES, M. B.; WAJNMAM, S.; GUEDES, G. R. *Arranjos mono(bi)parentais e sua estrutura orçamentária*. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v. 27, n. 1, p. 5-30, 2016.
- Fracalossi De Moraes, R. (n.d.). *Nota Técnica Abril de 2020 N o 27 Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia: garantia de renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva*.
- Goldani, A. M. (1993). *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação*. *Cadernos Pagu*, 1, 68–110.
- Guimarães, P. R. B. (2008). *Métodos quantitativos estatísticos*. Curitiba: Iesde Brasil SA, 1, 252.
- LEONARDO, F. A. M.; MORAIS, A. G. L. de. *Família Monoparental Feminina: A Mulher como chefe de Família*. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 11–22, 2017. DOI: 10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.02.p11.
- Martin, E. (2006). *A mulher no corpo : uma análise cultural da reprodução*.
- MELO, Sheila Caroline Hnediuk de; MARIN, Angela Helena. *Influência das composições familiares monoparentais no desenvolvimento da criança: revisão de literatura*. *Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto*, v. 17, n. 1, p. 04-13, 2016.
- Menezes, J. B. de, & Amorim, A. M. A. de. (2020). *Os impactos do COVID-19 no direito de família e a fratura do diálogo e da empatia*. *Civilistica.com*, 9(2), 1–38.

- NEVES, José Luis. *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- OLIVEIRA, Nayrana Guasque. *FAMÍLIA MONOPARENTAL*. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 4, n. 4, 2008.
- O Que É a Covid-19?* (2021, April 8). Ministério Da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Folha informativa sobre COVID-19*. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2021.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Histórico da pandemia de COVID-19*. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.
- PEREIRA, Thaís Thomé Seni Oliveira; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos; AUGUSTO, Maria Cecília Nobrega de Almeida. *O cuidado em saúde: o paradigma biopsicossocial e a subjetividade em foco*. Mental, Barbacena, v. 9, n. 17, p. 523-536dez.(2011).
- Pizzinato, A., Cogo, A. S., Sanchez, A. A. M. M. R., Trino, A. T., Siqueira, A. C., Garcia, A. M., Weintraub, A. C. A. de M., Arantes, A. C. Q., Gomes, A. L., Pontes, A. L., Camozzato, A., Moysés, M. A. A., Damásio, F., Maciel, M. G., Franco, M. H. P., Abelson, M. I. R. da S., Moretto, M. L. T., Cacciaccaro, M. F., Resende, M. T., & Rosa, M. (2020). *Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19*. In www.arca.fiocruz.br. Fundação Oswaldo Cruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44264>
- Portal da Transparência - Registro Civil. (n.d.). *Transparencia.registrocivil.org.br*. <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>
- Pucci, V. R., Machado, R. A., Cardano, M., Kantorski, L. P., & Weiller, T. H. (2020). *Técnica da entrevista discursiva em pesquisa qualitativa: relato de experiência*. Revista de Enfermagem Da UFSM, 10, e97. <https://doi.org/10.5902/2179769241680>
- RIBEIRO, Ítalo A. P.; DA ROCHA, M. O.; CUNHA, D. C. L.; ARAÚJO, A. da S.; AMARAL, I. N.; MARQUES, L. L.; CUNHA, M. B. *Isolamento social em tempos de pandemia por COVID-19: impactos na saúde mental da população*. Revista Enfermagem Atual In Derme, [S. l.], v. 92, n. 30, 2020. DOI: 10.31011/read-2020-v.92-n.30-art.741.
- Romero D, Groisman D, Souza ER, Barreto ICHC, Temporão JG, Telles JL, et al. *Acesso prioritário à vacinação contra a Covid-19 para as pessoas idosas com limitações funcionais e seus cuidadores(as)* [Internet]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2021.
- Samara, E. de M. (2002). *O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade*. Psicologia USP, 13(2), 27–48.
- Santos, J. B. dos, & Santos, M. S. da C. (2011). *Família monoparental brasileira*. Revista Jurídica Da Presidência, 10(92), 01.
- SAVOIA, Mariângela Gentil. *Psicologia social*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989

Scliar, Moacyr *História do conceito de saúde*. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2007, v. 17, n. 1

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da História da Família no Brasil*. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 51, n. 2, dez. 2009. ISSN 2447-8261.

Setton, M. da G. J. (2002). *Família, escola e mídia: um campo com novas configurações*. Educação E Pesquisa, 28(1), 107–116. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022002000100008>.

Sigmund Freud, & Paulo César De Souza. (2011). *Obras Completas / 15, Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos : (1920-1923)* / Sigmund Freud. Trad. Paulo César de Souza. Companhia Das Letras.

Silva, Amanda Daniele. *Encarceramento e monoparentalidade feminina: as reclusas e suas famílias. Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina* [online]. São Paulo: Editora UNESP, p. 153-209, 2019.

SILVA, C. L. F. da; SILVA, M. S. da; SANTOS, D. S. dos; BRAGA, T. G. M.; FREITAS, T. P. M. de. *Impactos socioambientais da pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19) no Brasil: como superá-los?*. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), [S. l.], v. 15, n. 4, p. 220–236, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.10846.

Silva, L. L. S. da, Lima, A. F. R., Polli, D. A., Razia, P. F. S., Pavão, L. F. A., Cavalcanti, M. A. F. de H., & Toscano, C. M. (2020). *Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado*. Cadernos de Saúde Pública, 36(9).

STRAUB, R. O. *Psicologia da Saúde: Uma Abordagem Biopsicossocial*. 3. ed. São Paulo: ARTMED, 2014. 498 p.

Teruya, M. T. (2000). *A família na historiografia brasileira : bases e perspectivas teóricas*. Ria.ufrn.br. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/540>

Vieira, P. R., Garcia, L. P., & Maciel, E. L. N. (2020). *[The increase in domestic violence during the social isolation: what does it reveals?]*. Revista Brasileira de Epidemiologia = Brazilian Journal of Epidemiology, 23, e200033. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>

Wendt, K., Vanessa. (2008). *As famílias e os seus direitos no Brasil: conceituação sócio-histórica, previsão legal e decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça entre a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002*. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91052?show=full>

Zago, D. M. C. (org.). *Saúde Mental no Século XXI: Indivíduo e coletivo pandêmico*. 1.ed. Guarujá: Editora Científica, 2021. 276.

